

■ Continuação da 1ª página

FH vai dar guinada no seu governo

■ Presidente reconhece que as reformas lhe causaram desgaste político e decide que, a partir de agora, dará prioridade à área social

Brasília — Arnildo Schulz

O presidente Fernando Henrique dirá, no pronunciamento previsto para a próxima semana, que não aceita mais envolver-se em negociações desconfortáveis para garantir a maioria de três quintos no Congresso e vai anunciar uma guinada de seu governo em termos administrativos.

As reformas deixam de ser prioridade — mas Fernando Henrique conta, evidentemente, com a aprovação da reeleição hoje no Senado — e a questão número 1 do governo passa a ser a área social. Educação, saúde, terra, segurança e desenvolvimento urbano são os setores escolhidos para a ofensiva, que incluirá uma ampla reforma ministerial em dezembro deste ano.

Serão dois os pilares — sem contar, obviamente, com a estabilidade da economia: o social e a infraestrutura. Esta numa posição secundária, já que o governo acelera o processo de privatizações, reduz significativamente o papel do Estado e administra o setor através das agências controladoras.

Como Fernando Henrique ainda está escrevendo o discurso, que não tem data marcada e está na dependência do desenrolar da crise provocada pela denúncia da compra de votos para aprovar a emenda da reeleição, não está claro se ele descerá a detalhes no anúncio de projetos para cada área. Mas a prestação de contas do dinheiro disponível, ou a ser posto em disponibilidade, certamente será feita.

É a seguinte: R\$ 15 bilhões a serem aplicados no BNDES, R\$ 10 bilhões na Caixa Econômica Federal, R\$ 7 bilhões resultantes da privatização da Banda B da telefonia celular, R\$ 20 bilhões da privatização do setor de telecomunicações, R\$ 12 bilhões em outras privatizações para este ano e mais R\$ 12 bilhões no ano que vem, fora o dinheiro que renderão os setores elétrico e portuário.

Privatização — Obviamente, isso não quer dizer que os programas sociais poderão contar com todos, muito provavelmente nem mesmo com a maior parte desses recursos. Mas há quem defenda, por exemplo, que 10% a 15% do dinheiro das privatizações fique sob a administração direta da Presidência da República, para financiamento desses programas.

Um exemplo é citado: se não dependesse do Ministério da Fazenda, o Ministério da Educação não estaria enfrentando os problemas sérios de dinheiro que enfrenta. Uma outra idéia está sendo discutida no Planalto: o anúncio, já no pronunciamento, do investimento de cerca de R\$ 1 bilhão na recuperação de rodovias. O dinheiro viria dos R\$ 10 bilhões que estarão disponíveis na Caixa.

Ao mesmo tempo em que prepara essa guinada administrativa, internamente o governo busca a solução para um problema que até agora não conseguiu resolver e que, junto com a questão congressual, é apontado como o responsável pela paralisação geral: a falta de gerência administrativa.

A tradução é uma só. Fernando Henrique precisa de algo assim como um primeiro-ministro, alguém que coordene as ações de governo e opere uma estratégia muito bem definida. Mas isso ainda é objeto de discussões preliminares.

Erro — O que não é preliminar, ao contrário, está bem maduro, é a conclusão do presidente da República a respeito do erro de avaliação cometido com as reformas. Agora, a questão das reformas acabou embolada com a ofensiva para barrar os efeitos desastrosos das denúncias de corrupção na votação pela reeleição.

Tudo o que Fernando Henrique não quer agora é dar a impressão de que age movido pela pressão. Mas, de qualquer forma, o governo reconhece que alguma reação há que haver.

Por isso mesmo, amanhã, durante a posse de Iris Resende no Ministério da Justiça, o presidente fará um discurso de reação. Ele dirá que considera inadmissível que seu governo seja maculado por denúncias sem comprovação feitas por gente inteiramente desqualificada.

Nas conversas que tem tido em particular sobre o assunto, Fernando Henrique não usa termos leves

para qualificar os personagens que até agora apareceram no episódio. E considera que o ambiente para o lado dos acusados fica cada vez mais pesado, com elementos de chantagem e banditismo que se tornam mais evidentes a cada dia.

Embora não acredite que está tudo um mar de rosas para o seu lado, o governo tem em mãos dados que, se de um lado tranquilizam com relação à crise atual, de outro preocupam do ponto de vista da condução de suas ações.

A pesquisa de opinião mais recente em mãos do presidente dá conta de que a venda da Vale do Rio Doce, ou a forma como ela foi administrada, rendeu mais desastres que as gravações de Ronivon Santiago.

A consulta feita por telefone, na quinta e sexta-feira passadas, mostra que o governo conta agora com 81% de aprovação popular. Antes da venda da Vale o índice era de 91% (soma das avaliações ótimo, bom e regular), caiu para 83% logo após o leilão da Vale e agora desceu dois pontos percentuais. O que só confirmou a análise governamental de que sua atuação no episódio foi um desastre sob todos os aspectos.

Denúncias — Quando o pesquisador perguntou se o entrevistado considerava as denúncias de compra de votos de deputados provavelmente verdadeiras, provavelmente falsas ou se não tomou conhecimento do assunto, o resultado é o seguinte: 52% acreditam que são verdadeiras, 5% não acreditam na veracidade das gravações, mas 38% sequer ficaram sabendo de sua existência.

Foi pesquisada também a situação do ministro Sérgio Motta, que aparece com um índice de 69% de aprovação à frente do Ministério das Comunicações. Da mesma forma, 37% acreditam que provavelmente ele deu uma TV ao deputado Ronivon Santiago para votar a favor da reeleição, 8% não acreditam e 50% nunca ouviram falar no assunto.

Os dados, no entanto, não chegam a provocar o lançamento de fogos de artifício no Planalto. Uma razão é que a pesquisa não é considerada definitiva em termos de aferição. Uma segunda pesquisa, mais ampla, ainda está sendo fechada. A outra é que ninguém nega a necessidade de uma reação urgente.

A aprovação da emenda da reeleição no Senado e da regulamentação da abertura nas telecomunicações são dois passos que o governo considera importantes para começar a emergir da crise. A primeira tem boa repercussão interna e a segunda, externa.

CPI — Com relação às punições, na visão do Planalto é importante que não aconteça a CPI. A idéia que se usa por lá é a de que “idealmente” o governo é favorável à CPI, mas avalia que servirá a um jogo político que terá como resultado a paralisação do governo e a inviabilização das privatizações.

Como o ministro Sérgio Motta foi citado nas fitas que embasaram a denúncia, ele dificilmente conseguiria, durante o transcorrer de uma CPI, privatizar a Embratel, por exemplo.

Mas, então, isso significa negar o instrumento da CPI para toda e qualquer situação?

Uma pergunta que fica sem resposta, apesar da concordância de que a dúvida faz sentido. O Planalto reconhece que é complicado negar a legitimidade do mecanismo, mas insiste que uma casa de leis não é o foro mais qualificado para uma investigação desse tipo.

A proposta mais simpática ao governo é a de que a Câmara envie tudo o que tem para a Procuradoria-Geral da República e esta encaminhe o material para o Supremo Tribunal Federal que, então, pediria a abertura de inquérito para a Polícia Federal.

O governo continua achando que foi vítima de brigas movidas por um misto de interesses políticos e econômicos, mas, surpreendentemente, mudou o discurso com relação a eventual envolvimento de Paulo Maluf. Ele não tem nada a ver com isso, é a certeza expressa no governo, sem que seja, no entanto, acompanhada das razões que sustentam tanta convicção.



Fernando Henrique concluiu que chegou o momento de seu governo sair do immobilismo, mas não quer dar a impressão de que age sob pressão